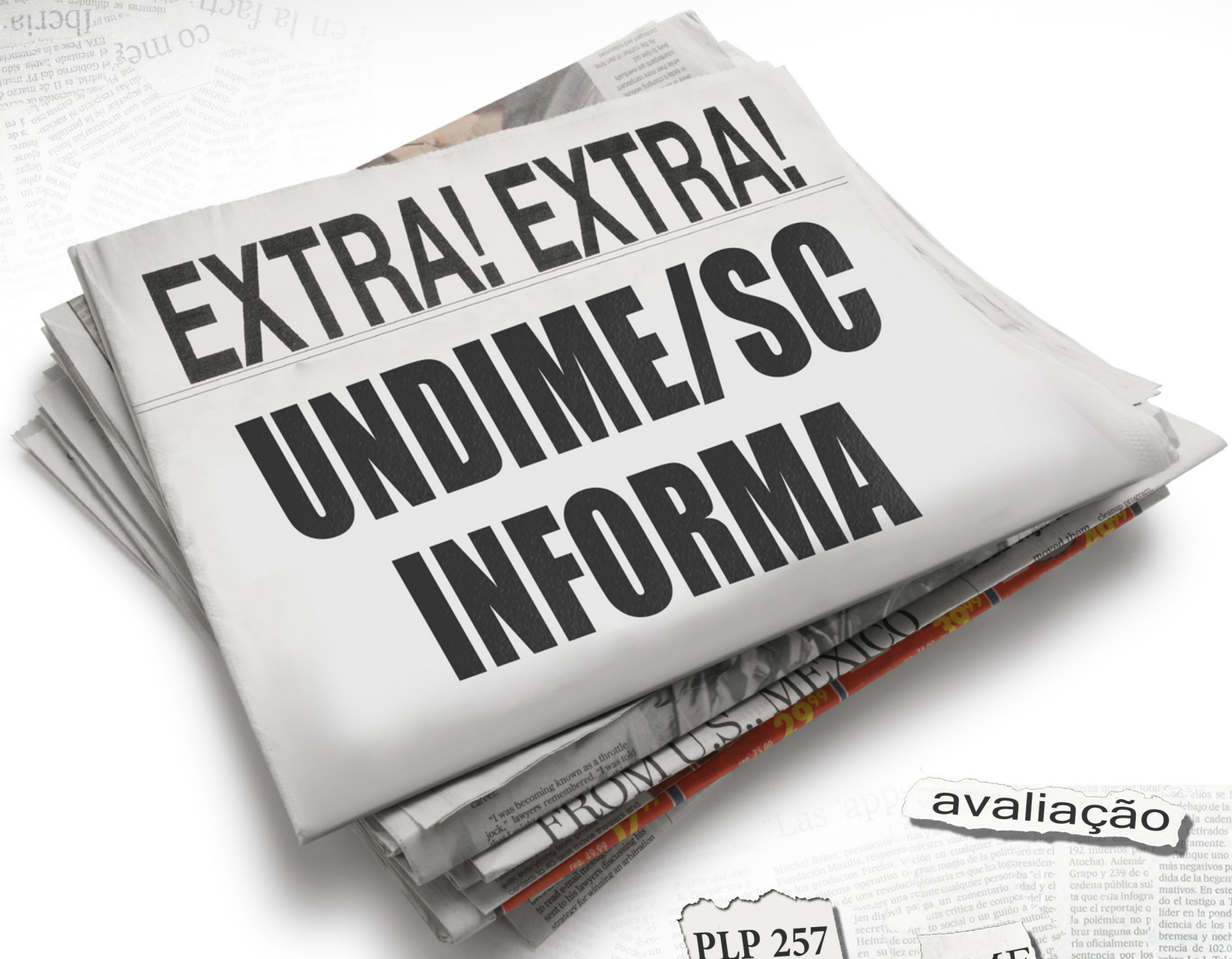
UNDIME SC
União dos Dirigentes Municipais de Educação

Ano VIII-Agosto / Setembro de 2016 - Edição 41

Jornal da Undime/SC

A União dos Dirigentes Municipais de Educação mais perto de você



Escolas municipais trabalham o tema alimentação saudável

Pág.3

Ensino do alfabeto em braille promove a inclusão na Capital

Pág.7

Professores recebem dicas de como educar para o uso da internet

Pág.8

Editorial

A união faz a diferença!

Durante a trajetória de 28 anos da União dos Dirigentes Municipais de Educação de Santa Catarina (Undime/SC), vários secretários passaram pela diretoria. E, apesar das inúmeras responsabilidades em seus municípios, fizeram a opção de dividir o conhecimento e talento em prol da educação catarinense, deixando, assim, um legado nessa jornada de lutas, mas, também, de muitas conquistas.

A instituição, que tem o papel de fortalecer as administrações dando suporte aos dirigentes municipais de educação dos 295 municípios do Estado, tem trabalhado – arduamente – para assegurar a qualidade da educação pública municipal, garantindo novos direitos, contribuindo na reformulação de políticas públicas e melhorias de projetos, que venham atender as necessidades atuais das gestões municipais. Nessa convivência, aprendemos que tudo se torna mais facial quando não estamos sozinhos.

Temos a ciência de os resultados são frutos de uma batalha coletiva, abraçada, também, por todos vocês, dirigentes municipais, que estão à frente dos trabalhos nas secretarias de educação. Aproveito para agradecer o carinho e a confiança que depositam em nossa instituição e dizer que, sem dúvida, o apoio que recebemos é o que nos motiva a seguir em frente e defender com vontade os interesses das nossas crianças que, futuramente, esperamos ser a peça chave para um mundo mais justo e igualitário.

Para isso, proponho o seguinte desafio: Comecemos a pensar mais no coletivo, pois para grandes mudanças é necessário mais do que duas mãos para trabalhar, uma cabeça para pensar e um coração para desejar. É preciso união, para fortalecer os objetivos e para que consigamos, assim, vencer grandes causas.

Se você espera que a educação avance, comece refletindo sobre suas ações – quanto gestor – vontades e angústias e, quando tudo isso não couber mais nos pensamentos é hora de dividir. Juntos, iremos encontrar mecanismos e dar condições para que a evolução aconteça.

Em nome da Undime/SC me coloco à disposição para atuar em defesa dos interesses da educação pública municipal e, espero que nosso Estado cresça e venha estar entre os melhores do país.

Um forte abraço,

Plauto Mendes
Presidente

EU Voluntário
Deixando o meu legado

79% da população apresenta grande disposição para realização do voluntariado.

MATERIALIZE ESSE SENTIMENTO, SEJA UM VOLUNTÁRIO PELA EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA OU CADASTRE A DEMANDA DE SUA ESCOLA.

www.fiesc.com.br/aindustriapelaeducacao

Movimento A Indústria pela Educação

FIESC

Escola da rede municipal de Guabiruba cria Horta Pedagógica

Uma forma dos alunos aprenderem e se alimentarem com produtos mais saudáveis

É nos fundos da Escola Básica Municipal Padre Germano Brandt, bairro Aymoré, que fica a horta pedagógica repleta de verduras, legumes e temperos. O espaço recebe o cuidado da direção, das merendeiras, e dos demais funcionários da unidade, e, assim, pode ser utilizado nas aulas. Além dos estudantes observarem o desenvolvimento das mudas e aprenderem com a natureza, é dessa horta – sem agrotóxicos – que sai boa parte da alimentação.

"Como observamos um grande consumo de verduras por parte dos nossos alunos, resolvemos construir a horta para reforçar a alimentação escolar de forma saudável. Além disso, os professores foram convidados a utilizarem o local de forma pedagógica", conta a diretora Fernanda Krempel Popper.

Ela explica que a alimentação desempenha um papel primordial durante o ciclo de vida, e na idade escolar a criança apresenta um metabolismo mais intenso quando comparado a de um adulto. "A horta foi criada com o intuito de conscientizar os alunos sobre a importância de uma alimentação saudável e para auxiliar na formação de bons hábitos alimentares. Sabemos que isto é fundamental, já que é importantíssima uma boa alimentação na fase escolar, sendo a fase de desenvolvimento físico e intelectual da criança", destaca Fernanda.

Colaboração: SME de Guabiruba.

Foto: SME de Guabiruba.



Alimentação saudável com produtos não industrializados na Capital

Estudantes participam de atividades e conhecem os alimentos naturais, processados e ultraprocessados

As turmas dos quartos anos do ensino fundamental das escolas da rede municipal de ensino de Florianópolis estão participando de atividades referentes à atualização do Guia Alimentar para a População Brasileira, feita pelo Ministério da Saúde. A nova edição propõe que a alimentação tenha como base alimentos in natura e minimamente processados.



Foto: SME de Florianópolis.

A ação é coordenada pelo Departamento de Alimentação Escolar da Secretaria de Educação e tem por objetivo fazer com que os alunos compreendam a origem dos alimentos que consomem. Tudo para promover uma reflexão sobre o consumo excessivo da alimentação industrializada, desenvolvendo assim, uma cultura de hábitos alimentares mais saudáveis.

Em sala, utilizando panfletos de mercados, os alunos separaram cada um dos alimentos que encontravam de acordo com sua categoria: naturais, processados e ultraprocessados.

O guia propõe que sejam utilizados produtos naturais ou pouco processados, como arroz e feijão. Estipula que sejam evitados os ultraprocessados, que são os salgadinhos, macarrão instantâneo e refrigerantes.

As medidas visam o combate à desnutrição e também busca prevenir a obesidade, diabetes, AVC, infarto e câncer. Na rede municipal de ensino são beneficiados pela ação 1.900 crianças. *Colaboração: SME de Florianópolis.*

Educação de Nova Trento cria projeto e desperta a consciência alimentar

Adquirir hábitos saudáveis não é da noite para o dia, por isso é fundamental ter o conhecimento

Com intuito de estimular a alimentação saudável entre os alunos, o Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi, de Nova Trento, lançou um projeto para tratar do tema. A iniciativa, que conta com o apoio da Secretaria Municipal de Educação, envolve atividades pedagógicas com os alunos, pais e professores.

"O objetivo é estimular entre os alunos e as famílias o consumo de alimentos saudáveis, principalmente frutas, ampliando o acesso a sua variedade, além de proporcionar conhecimento sobre elas", explica a coordenadora escolar do CMEI Padre Rossi, Graziela Alves.

Algumas ideias já foram colocadas em prática como: o lançamento do 'Buffet de Frutas', que fará parte do cardápio dos alunos a cada quinze dias, durante o horário do lanche. Além disso, teve uma palestra com a nutricionista da Secretaria Municipal de Educação, Adriana Gonçalves Santos, sobre a alimentação saudável.

De acordo com a coordenadora, todos na escola estão envolvidos com a questão da alimentação. "Os professores farão várias ações como, por exemplo: piquenique, visita de estudo, palestras, sanduíche, degustação de frutas, sacola da leitura, contação de histórias, caixa tátil para os alunos descobrirem as frutas, espetinhos de frutas e acompanharão de atividades da horta escolar entre outras ações", destaca.

Colaboração: SME de Nova Trento.

Expediente

Diretoria

Presidente
Plauto Mendes

Equipe técnica

Assessora de projetos
Luana Costa de Córdova

Jornalista
Bruna Carvalho Madeira

Conteúdo

Educação
Rede Municipal de Santa Catarina

Edição
Os artigos das Colunas do Dirigente e Professor são de inteira responsabilidade de seus autores não refletindo, necessariamente, a opinião do jornal.

Jornalista responsável e diagramação
Bruna Carvalho Madeira - SC3431/JP

UNDIME SC
União dos Dirigentes Municipais de Educação de Santa Catarina
Rua Ferreira Lima, nº 82 - 1º andar - Cep: 88015-420 - Centro - Florianópolis - SC
secretaria@undime-sc.org.br - assessoriaundimesc@gmail.com
(48) 3212-0935 ou (48) 3212-0936
www.undime-sc.org.br
UndimeSC

São José sedia I Seminário de Atualização para Educadores de Santa Catarina

Dirigentes municipais de educação, equipes pedagógicas e professores podem participar do evento

Por Bruna Carvalho - Undime/SC

Promovido pela União dos Dirigentes Municipais de Educação de Santa Catarina (Undime/SC), o I Seminário de Atualização para Educadores, com o tema: "Educação Infantil e Fundamental", está com inscrições abertas.

O limite é de 300 participantes. Os interessados devem preencher o formulário pelo site: www.undime-sc.org.br até o dia 12.09, enquanto houver vaga. O evento, destinado aos profissionais da Educação de todo o Estado, será realizado no dia 15 de setembro, no Centro Eventos Terrafirme, em Barreiros – São José.

Educação Infantil: Espaço como Currículo e possibilidade de aprendizagem e as Bases neuropsicológicas da aprendizagem e suas aplicações na educação infantil e no ensino fundamental são alguns dos assuntos do I Seminário, que tem por objetivo atender aos anseios das redes municipais de ensino que lutam por uma educação de qualidade em todo o Estado.

A Undime/SC preza pelos trabalhos realizados em prol da educação pública e não mede esforços para levar aos municípios – cada vez mais – informações relevantes, que possibilitem aprimorar os conhecimentos com o que tem de mais atual no mercado, refletindo em oportunidades e mudanças do cenário educacional.



Passo a passo:

Clique aqui ou entre no site: www.undime-sc.org.br, acesse o menu superior "Eventos" e, na sequencia, selecione a opção "Undime/SC". Agora, basta clicar no link "I Seminário de Atualização para Educadores da Undime/SC", preencher o formulário de inscrição, imprimir o boleto e participar!

Governo continua em débito com municípios

O atraso no repasse do Transporte Escolar já chega a R$ 26 milhões

Por Bruna Carvalho - Undime/SC

A União dos Dirigentes Municipais de Educação de Santa Catarina (UNDIME/SC) vem atuando, em conjunto com a Federação Catarinense de Municípios (FECAM), para solucionar a questão dos pagamentos do Transporte Escolar e impedir que estudantes sejam afetados com uma possível paralisação.

No mês de julho, após ser realizado um movimento, o Governo do Estado liberou o pagamento de uma das parcelas em atraso. No caso, a quantia já somava mais R$ 26 milhões, correspondente aos meses de abril/maio e junho, e após o repasse do valor R$ 8.677.154,71 a pendência caiu para R$ 17.352.309,42. Porém, encerrou o mês de julho, já estamos caminhando para o fim do mês de agosto e a dívida só cresce. O valor atualizado a ser repassado aos municípios já somam, novamente, mais de R$ 26 milhões. Isso significa que, mesmo autorizando o pagamento de uma parcela não será o suficiente para cobrir as despesas, os municípios continuarão desfalcados financeiramente e o que era uma medida extrema poderá se concretizar com uma greve geral do Transporte Escolar.

Nesse contexto, a UNDIME/SC se insere na tentativa de resolver o impasse de forma que não venha prejudicar nenhum dos lados e, principalmente, os estudantes. Tem-se a ciência de que as ações serão reflexo do posicionamento do Estado em não quitar a dívida, e não dos municípios que, mesmo sem o repasse, continuam lutando pra manter o transporte dos alunos das rede estadual e o financeiro em controle.

Entenda o caso:

O Governo do Estado fez um acordo com o município de repassar, anualmente, uma quantia de R$ 78.058.392,37 (sem reajuste inflacionário), para arcar com as despesas do deslocamento dos alunos da rede estadual. O valor deveria ser pago em **9 parcelas de R$ 8.677.154,71**, porém desde fevereiro – quando iniciaram as aulas – até agosto, foram pagas duas parcelas, obrigando os municípios a arcarem com as despesas do transporte dos alunos do Estado. Mesmo tendo a ciência de que os repasses não cobrem o custo por aluno e que acabam sendo subsidiados pelas administrações municipais, ainda assim deixam as parcelas atrasarem agravando – ainda mais – a situação financeira já enfrentada no dia-a-dia dos municípios. Conforme descrito no inciso VI, introduzido no Art. 11 da LDB, ela Lei Federal nº 10.709/2003, é de obrigatoriedade do município transportar os alunos matriculados em sua rede ensino, isto é, nas escolas municipais. Já no Art. 10, os Estados incumbir-se- ão de: [...] VI – assumir o transporte escolar dos alunos da rede estadual, o que delimita a responsabilidade de cada um dos entes, ou seja, o município com os alunos da rede municipal e o estado com os da rede estadual.

3ª Edição da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) será de 14 a 25 de novembro/2016

A prova faz parte das estratégias educacionais do Ministério da Educação (MEC) e irá medir conhecimentos em leitura, escrita e matemática

Por Bruna Carvalho - Undime/SC



O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) – com a colaboração das secretarias municipais, estaduais e distrital de educação – irá aplicar a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) de 14 a 25 de novembro de 2016, em todas as escolas públicas brasileiras com turmas regulares do 3º ano do Ensino Fundamental.

O objetivo é estimular a melhoria dos padrões de qualidade e equidade da educação, apresentando indicadores sobre o contexto em que se realiza o trabalho escolar. Os testes serão realizados em dois dias: o primeiro voltado à leitura e a escrita, e o segundo a matemática. As escolas participantes serão contatadas, a partir do dia 1º de outubro, para agendar a aplicação.

De acordo com o edital, os resultados preliminares poderão ser acessados pelos diretores escolares em maio de 2017, no portal do Inep. Já o relatório e os microdados da avaliação sairão em dezembro de 2017.

A ANA é um instrumento de avaliação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic), que prevê a alfabetização plena de todas as crianças até os 8 anos. Porém, dados dos testes de 2015 revelam que 26,67% dos alunos – dessa faixa – não apresentavam a escrita adequada; 22,21% desenvolveram a capacidade de ler palavras isoladas; enquanto o conhecimento da matemática conseguiu atingir 57,5% das crianças.

Além dos exames, são fornecidos questionários para que os professores possam avaliar à infraestrutura, formação e trabalho pedagógico. A partir dessa coleta são formulados dados e apresentados ao MEC, para serem usados no desenvolvimento de novas estratégias educacionais para o ciclo de alfabetização (1º ao 3º ano do Ensino Fundamental).

Reforçando essa luta, o Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece como meta, que 100% das crianças estejam plenamente alfabetizadas até 2024.

Para mais informações, escreva para o Inep: ana.resultados@inep.gov.br.

Ministro participa do Seminário da BNCC

Evento para avaliação preliminar da 2ª versão do documento

Por Bruna Carvalho - Undime/SC

O Seminário Estadual da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), organizado pela Undime/SC e SED, foi realizado na Fiesc, em Florianópolis, e teve por objetivo apresentar propostas e promover discussões que possam contribuir no aprimoramento da 2ª versão da BNCC. Levando em conta as considerações realizadas no seminário, as instituições articuladoras irão analisar e dar as contribuições finais, gerando um relatório a ser entregue ao Conselho Nacional de Educação.

"Não se pode ter uma Base Nacional sem dar espaço para os estados, inclusive na definição do próprio currículo escolar. O maior desafio é dotar o Brasil de uma base nacional única que não se engesse, mas que esteja sujeita a adaptações – respeitando as peculiaridades cultural, local e regional", explica o presidente da Undime/SC, Plauto Mendes.

A BNCC vem ao encontro do que prevê o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014, o qual faz menção a uma chamada pública com a participação – em massa – da população, para validar uma Base Nacional Comum Curricular no prazo de dois anos. Para o ministro da educação José Mendonça Filho, o cronograma inicial para a entrega do relatório não é a prioridade no processo de conclusão. Ter uma Base apropriada a compatibilidade do Brasil e com parâmetros internacionais requer tempo e atenção, para que não acabe numa posição de inferioridade.

A proposta é unificar a educação em todo o país, para que os educadores possam transmitir o conhecimento num mesmo patamar de qualificação. "Estamos buscando, através dos seminários, a participação de professores, acadêmicos e pesquisadores, para uma boa definição de currículo e de uma base curricular que possa colocar o Brasil em igualdade de condições com as principais nações do mundo", completa o ministro.

Do início ao final:

O Ministério da Educação (MEC) solicitou ao Estado, por meio da Undime, especialistas para a elaboração de todo o material da 1ª versão da Base Nacional Comum Curricular que, posteriormente, foi encaminhado a uma rede de atendimento composta por técnicos responsáveis pela dinâmica da consulta pública. Um total de 12 milhões de contribuições em todo o país e, somente, em Santa Catarina foram mais de 70 mil. Com as ressalvas feitas, o relatório será assinado pelo presidente da Undime/SC e da SED/SC e, enviado ao comitê gestor, que terá a responsabilidade de fazer o encaminhamento para o Conselho Nacional de Educação, juntamente com os relatórios dos demais estados. Em posse do documento, o Conselho terá que estruturar a 3ª versão da BNCC e entregar ao Ministério da Educação, para a implementação. Não há um prazo para a entrega da versão definitiva ao MEC. Dessa forma, a prioridade dos estados têm sido os trabalhos e movimentos em prol da BNCC, para que – de certa forma – o Conselho se sinta na obrigação de dar o encaminhamento o mais breve possível.

Veja o que trata a PLP 257/2016 e PEC 241/2016 e quais os impactos no orçamento da Educação

O Projeto de Lei e a Emenda Constitucional consistem em congelar os gastos públicos por 20 anos para quitar dívida do governo

Por Bruna Carvalho - Undime/SC

Na década de 90, a União refinanciou a dívida dos estados, Distrito Federal e municípios, sob condições abusivas: correção monetária pelo IGP-DI, mais juros nominais de até 9% ao ano e, ainda, parcelas vinculadas a 13% da receita corrente dos entes. Isso significa que o acordo firmado na época levou ao aumento da dívida e agravou a situação, tendo em vista que o valor total do contrato já foi pago duas vezes e, ainda, resta pagar mais quatro vezes a quantia do refinanciamento.

Dívida dos estados com a União no período 1999 a 2014:

- Valor dos contratos de refinanciamento = 112,8 bilhões;
- Pagamentos efetuados (De 1999 a 2014) = 246 bilhões;
- Saldo devedor (2014) = 422 bilhões.

O valor correspondente a 13% da receita corrente dos estados, Distrito Federal e municípios, não sendo suficiente cumprir o acordo de pagar os juros mensais e abater a parcela do capital. Resumindo, o saldo devedor do mês se incorpora ao principal gerando mais dívida. Com essa fórmula ilegal de juros compostos nunca será possível a quitação.

- PLP e PEC caminham juntas:

A finalidade de ambas é o ajuste fiscal, congelando os gastos públicos e acabando com os limites constitucionais mínimos destinados a investimentos da educação e da saúde por 20 anos, visando à continuidade dos pagamentos de juros e amortizações da dívida pública.

- Consequências da aprovação:

As medidas para manter os pagamentos e aumentar a arrecadação da União, irão atingir o serviço público e programas sociais. Isso porque será estabelecido um novo limite para crescimento do gasto público, com os Planos de Auxílio criados pela PLP 257/2016, que traz a proposta de aliviar a situação financeira, prolongando a dívida por 20 anos e diluindo as parcelas; a possibilidade de refinanciamento e desconto de 40% nas prestações pelo prazo de dois anos.

Em contrapartida, os estados são obrigados a aderir ao programa oferecido pela União, que significa aceitar medidas como: suspender concursos públicos; congelar salários; demitir servidores; acabar com a previdência pública; aumentar a idade mínima para aposentadoria; aumentar a contribuição previdenciária cobrada dos trabalhadores, aposentados e dos pensionistas para 14%, entre outros.

Além disso, com a PEC 241/2016, irão retirar recursos da saúde e educação que, determinados pela Constituição Federal seria de 25% da receita dos estados e municípios destinados à Educação e 12% pra Saúde, para entregar aos bancos e rentistas. E não para por aí. Refletirá, também, na moradia; no transporte público; na segurança e em tudo que é serviço público ou investimento público.

Preocupados com a situação, a Undime Nacional esteve reunida com o Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas) e o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), em Brasília, para avaliar os impactos negativos que a aprovação da PEC 241 pode causar. Os três órgãos acreditam que os municípios serão os mais afetados, pois a falta de recursos irá atingir a execução e garantia dos serviços prestados, sejam na educação ou nos demais setores (saúde e assistência social). De acordo com o que foi pontuado na reunião, a atitude imediata esperada seria a união das três areas, para que juntas possam realizar uma forte mobilização e ganhar tempo para discussões com a sociedade.

Região da AMAI realiza encontro sobre o monitoramento e a avaliação dos PMEs

Dirigentes municipais, equipe técnica e integrantes das comissões participaram do evento em Xanxerê

A Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI), em parceria com o Ministério da Educação (MEC) e a União dos Dirigentes Municipais de Educação de Santa Catarina (Undime/SC), realizaram nos dias 4 e 5 de agosto, na Câmara de Vereadores de Xanxerê, o encontro de formação sobre o monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação (PMEs).

O dirigente municipal de Educação de Faxinal dos Guedes e ministrante da formação, Odymar Bombassaro, destaca que os PMEs foram reestruturados e aprovados em 2015 e, entram agora em uma nova etapa: o processo de Monitoramento e Avaliação. O objetivo foi orientar os municípios sobre os procedimentos que devem ser adotados, bem como ressaltar a responsabilidade da comissão e equipe técnica que estarão acompanhando e desenvolvendo desse processo. *Colaboração: Ascom AMAI.*

O PME é um documento, com força de lei, que estabelece metas para que a garantia do direito à educação de qualidade avance nos municípios, estados e no Brasil, nos próximos 10 anos. O Plano é composto por 20 metas, subdividas em estratégias.

Giro de notícias

Vítor Meireles

O Centro de Educação Infantil Chapeuzinho Vermelho, de Vítor Meireles, vem trabalhando com o projeto: Educando e Produzindo Hortaliças, voltado as crianças da faixa etária de 1 ano e 4 meses à 2 anos e 6 meses. A finalidade é intervir na cultura alimentar e nutricional dos pequenos por meio de atividades pedagógicas, que vão desde o despertar do interesse pelo cultivo da horta até a garantia da inserção de mais hortaliças na alimentação escolar. Dessa forma, eles podem aprender sobre os benefícios de uma alimentação nutritiva e mais saudável e, ter noção de que o equilíbrio do meio ambiente é fundamental para sustentação da vida em nosso planeta.
Colaboração: SME de Vítor Meireles.

Joinville

Os alunos das escolas municipais Hilda Anna Krisch e Emílio Paulo Roberto Hardt, de Joinville, fizeram uma carta para a Rainha Elizabeth II, de Londres, em homenagem ao seu aniversário de 90 anos. O trabalho foi realizado durante as aulas de Inglês da professora Soraya Rachel Pereira, que os incentivou e prestou auxílio durante todo o processo até o envio. Na carta, os estudantes parabenizam a Rainha e agradecem por cuidar de tantos países, além do Reino Unido, mantendo a paz e a ordem. Confessam ser apaixonados por Londres, Reino Unido e todo o Continente Europeu e, ainda, finalizam demonstrando todo o carinho pela aniversariante e desejo por conhecer o país.
Colaboração: SME de Joinville.

Grão Pará

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Cresol e as escolas municipais de Grão Pará, promoveram o evento cultural cooperativo "Educação Financeira e Sustentabilidade com a Família na Escola", que teve por objetivo unir a família e a escola. Os alunos realizaram várias apresentações e o restante da programação contou, também, com a participação dos pais e professores. Para a secretária de educação, Marilei M. V. Bratti, a família e a escola são um elo importante no desenvolvimento de ações de conscientização, preservação e sustentabilidade. Visando um mundo melhor e mais humano.
Colaboração: SME de Grão Pará.

Blumenau

O Projeto da Ed. Infantil de Blumenau foi reconhecido internacionalmente no III Simpósio Luso Brasileiro de Estudos da Criança: Travessuras e Travessias nos Estudos da Criança, realizado na Universidade do Porto, em Portugal. A professora, Maristela Pitz dos Santos, foi quem representou o município com o artigo: Pedir pra trazer aqui na creche, emprestada pra gente: a sociologia da infância e a teoria da linguagem de Bakhtin, aproximações . No artigo, parte de uma pesquisa de mestrado realizada no CEI Emília Piske, se discute as aproximações entre a teoria da linguagem de Bakhtin e a Sociologia da Infância, na análise de um episódio interativo com foco na linguagem da leitura e da escrita com crianças de 2 e 3 anos. Colaboração: SME de Blumanau.

Piratuba

O Corpo de Bombeiros de Piratuba realizou mais duas formaturas: Bombeiros Mirins, com 25 integrantes, e do Curso Básico de Atendimento a Emergências (CBAE), com 22. Além da entrega dos certificados e do tradicional "banho", homenagens e a entrega de mais uma viatura fizeram parte do evento. Antes das formaturas, integrantes da guarnição de Piratuba receberam elogios por atuações em ocorrências recentes.
Colaboração: SME de Piratuba.

Rio dos Cedros

O cumprimento da Agenda Prioritária para a Primeira Infância: Qualidade e Equidade nas Políticas Públicas foi acordada em Rio dos Cedros. O documento é resultado da reflexão coletiva de um grupo formado por representantes de institutos, fundações, entidades, movimentos e por especialistas das áreas de educação, saúde e assistência social, e propõe - a partir de 7 ações estratégicas - iniciativas que devem ser assumidas pelas prefeituras municipais.
Colaboração: SME de Rio dos Cedros.

Joinville

As turmas do 5º ano, da Escola Municipal Hilda Anna Krisch, de Joinville, puderam conhecer um pouco mais sobre a cultura catarinense, herança da colonização açoriana, alemã, italiana e polonesa. Isso se deu, pelo trabalho proposto pela professora, Josiane Dias, que sugeriu leituras e atividades de interpretações em sala, nas quais puderam socializar as vivências familiares. O destaque foi para a equipe do 5º "A" matutino, que demonstraram desenvoltura e capricho com o trabalho. Colaboração: SME de Joinville.

Florianópolis

O estudante, da EBM Herondina Medeiros Zeferino, Guilherme Batista do Nascimento, diagnosticado com paralisia cerebral vem se superando no esporte. Dessa vez, o aluno do 9º ano conquistou três medalhas de ouro nas modalidades: dardo, corrida (utilizando uma cadeira especial) e arremesso de peso, nos Jogos Escolares de Santa Catarina 2016 (Parajesc). E, agora, tem a chance de competir nas paraolimpíadas escolares que acontecerá em novembro, em SP. Colaboração: SME de Florianópolis.

Rio do Sul

Com o objetivo de favorecer o desenvolvimento de ações de promoção da alimentação saudável nos Centros Educacionais e, considerando que os mesmos são os melhores espaços para discutir e realizar atividades de educação alimentar e nutricional, a nutricionista da Secretaria Municipal de Educação de Rio do Sul, Aline Moraes, desenvolveu a atividade de orientação para que os educandos, pais e toda a comunidade escolar conheçam o risco que determinados produtos industrializados podem causar a saúde. A atividade além de conscientizar promove saúde, estimulando-o a assumir escolhas mais saudáveis.
Colaboração: SME de Rio do Sul.

AMFRI

O Lançamento Oficial do Colegiado de Gestão em Educação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí (CoGEMFRI) contou com a presença de 587 pessoas, entre elas, prefeitos, vereadores, gestores, servidores públicos, professores, equipes pedagógicas, estudantes, empresários e envolvidos com a educação pública nos municípios da AMFRI. "Queremos sensibilizar toda a sociedade, fazer com que seja vista na educação a mola mestre para mudarmos o Brasil e fazer com que todos possam despertar a esse tema tão importante para todos nós", diz o presidente da AMFRI, Roberto Carlos de Souza.
Colaboração: AMFRI.

Caçador

A EMEB Walsin Nunes Garcia, de Caçador, realizou o 3º Torneio de Xadrez para estudantes da rede municipal. O evento foi organizado pela direção da escola, em conjunto com o professor de xadrez, Felipe Nazário, que já trabalha o projeto, também, em outras escolas. Participaram do torneio 34 alunos enxadristas de 5 escolas, sendo elas: Primeiros Passos, Alcides Tombini, Esperança, Nossa Senhora Salete e Walsin. O torneio foi considerado de nível bom, e o campeão foi o aluno Humberto Pohlenz, da Escola Primeiros Passos. Já o segundo e terceiro lugar foram ocupados pelos respectivos estudantes: Júlio Cesar Rodrigues, da Escola Alcides Tombini, e Vitor Machado, da Escola Walsin.
Colaboração: SME de Caçador.

São José

A Escola Municipal do Meio Ambiente, localizada no Parque Ambiental dos Sabiás, em Forquilhas, firmou parceria com a Fundação SOS Mata Atlântica para verificar a qualidade da água do Rio Forquilhas no Projeto Observando Rios. O primeiro monitoramento contou com a participação dos alunos do 7° ano do Centro de Educação Municipal Santa Terezinha, do técnico da Fundação SOS Mata Atlântica e dos representantes dos grupos de monitoramento da Grande Florianópolis. O Projeto tem por objetivo sensibilizar a comunidade sobre a importância da qualidade da água e do saneamento básico para melhoria da qualidade de vida.
Colaboração: SME de São José.



Crianças da Educação Infantil da Capital conhecem o alfabeto em braille

A iniciativa faz parte do projeto de letramento dos pequenos do NEI Gentil Mathias, no Ingleses



A professora, Daiane Farina, e a auxiliar de sala, Elis Regina, que atuam na instituição, então ensinando as crianças um pouco do alfabeto em braille. Para quem não sabe, esse é o sistema de escrita em relevo utilizado para deficientes visuais.

Na primeira atividade com a turma, com idades entre 5 e 6 anos, as profissionais mostraram aos pequenos o livro Um Mundinho para Todos, obra infantil ilustrativa de Ingrid Blellinghausen. Na história, há um mundo onde cada habitante tem um jeito diferente. Uns gostam de andar descalços, outros de tomar chocolate quente, e outros precisavam de ajuda por não enxergarem muito bem.

Para facilitar o entendimento das crianças, as professoras trabalham com dois exemplares: um com a escrita tradicional e outro em braille. Ainda, utilizam o jogo do alfabeto - todo em relevo - para praticar e despertar a memória, que é fundamental para o aprendizado.

"Nosso objetivo é trabalhar a inclusão e ensinar as crianças a identificar as letras desse alfabeto. Acredito que seja um trabalho importante, e um conhecimento que toda a turma pode levar para além dos limites da sala de aula", diz Daiane.

Reconhecendo as letras

O trabalho com o alfabeto em braille faz parte do projeto de letramento da garotada. Tudo começou quando os pequenos se depararam com revistas, livros e cartilhas e ficaram curiosos com as palavras.

Aguçada a vontade de ler e de escrever, os alunos perguntavam as profissionais o que estava escrito naqueles textos. Desde então, percebendo o interesse dos pequenos, Daiane e Eli decidiram colocar em ação o projeto de letramento da turma.

"Resolvemos propor atividades diferenciadas para incentivá-los a identificar e montar palavras. Por meio de jogos, ensinamos a eles a reconhecerem as letras e o som de cada letra", comenta Daiane.

Com copos descartáveis criaram o jogo do alfabeto. As crianças escolhem uma palavra e, com as letras escritas em cada copo, as professoras questionam o grupo a respeito de quais letras formavam a palavra e ajudaram a identificá-las quando necessário. Outra atividade desenvolvida é com o macarrão de letrinha. Cada um recebe uma ficha com diversas palavras e um pouco do macarrão. Dessa forma, eles são instigados a procurar as letras correspondentes ao que está escrito na ficha.



Mais inclusão

As discussões continuam na turma de Daine e Elis, e duas novas atividades já estão programadas. Uma acontecerá na calçada em frente à unidade. As professoras levarão as crianças para caminhar sobre o piso tátil, piso diferenciado com textura e cor, que auxilia pessoas com deficiência visual e baixa visão a se locomoverem. Durante a caminhada elas explicarão as diferenças entre os dois tipos de piso tátil, um com bolinhas, que representam o alerta para algum obstáculo, e outro com traços, que ajudam na direção do caminho.

A segunda atividade será com as bolinhas do sagu, substância extraída do caule de palmeiras, que serve como ingrediente em diversos alimentos. Os pequenos utilizarão o ingrediente para escreverem o próprio nome em braille.

Colaboração: SME de Florianópolis.



Fotos: SME de Florianópolis.

Aprende Brasil. Uma parceria que dá resultado.

O nível da qualidade de vida em seu município começa pela Educação. Pensando nisso, a Editora Positivo desenvolveu o Sistema de Ensino Aprende Brasil. Um conjunto completo de soluções educacionais pensadas para contribuir com o desempenho no IDEB. Conte com a nossa parceria e gere melhores resultados nas escolas e em toda a comunidade.

CONHEÇA OS BENEFÍCIOS QUE O APRENDE BRASIL OFERECE:
- Livro Didático Integrado – também em versão digital
- Portal Aprende Brasil
- Assessoria Pedagógica
- SIMEB – Para a gestão educacional do município
- hábile – Sistema de Avaliação Positivo



Getz

Para ser um parceiro do Aprende Brasil ligue 0800 724 15 16 ou acesse editorapositivo.com.br/aprendebrasil

Entre em contato conosco e conheça também nossa solução para a educação em tempo integral.

SISTEMA DE ENSINO Aprende Brasil | EDITORA POSITIVO

Tecnologia

Ensinando a educar para boas escolas na internet

Professores recebem orientações de como incentivar alunos a usarem a ferramenta tecnológica de forma consciente

A internet é "super legal", por meio dela é possível conhecer pessoas, conversar com amigos, baixar músicas, jogar games, criar um blog, entre outras coisas. Na internet é possível fazer o que quiser! Opa! Será que as pessoas podem mesmo fazer o que quiserem na internet? Existem direitos e deveres e quanto mais o mundo virtual se torna atrativo, maior é a preocupação dos pais e a inquietação dos educadores. Pensando nisso, a atenção e o cuidado para aproveitar as incríveis possibilidades com mais segurança e menos riscos, foi assunto no dia 10 de Agosto, durante a formação do Programa Enfrentamento e Manejo das Violências Infantojuvenis (EMFRENTE), em São José.

Os palestrantes, servidores efetivos na rede municipal de São José, discorreram sobre o uso seguro, consciente e responsável da internet. O objetivo é oferecer aos educadores multiplicadores e agentes de referência, subsídios para o desenvolvimento de atividades pedagógicas que incentivem o seu uso com responsabilidade, promovendo a cidadania no mundo digital e o desenvolvimento tecnológico.

Durante o encontro foram abordados temas como ciberbullying, sexting, aliciamento, privacidade, canais de denúncia, uso ex-



Safernet, ONG que tem como missão a defesa e promoção dos direitos humanos na internet, e socializaram os conteúdos e, também, o material recebido, tendo como exemplo a campanha com a cartilha sobre o uso responsável da internet, com dicas importantes, incluindo o canal de ajuda: www.helpline.org.br

Para a coordenadora do EMFRENTE, Ana Brasil, a internet pode auxiliar no processo formativo dos educandos, contudo deve haver orientação por parte da escola e dos responsáveis pelas crianças e adolescentes, protegendo-os de ser "fisgados" por armadilhas, que podem gerar diferentes formas de violência. Assim como na vida real, estudantes e filhos precisam de acompanhamento e orientação no mundo virtual, com segurança, ética e cidadania, educando para boas escolhas online. *Colaboração: SME de São José.*

Literatura

Barra Velha realiza a 3ª Edição do Porto Literário

Uma oportunidade dos alunos, professores e a comunidade reconhecerem os valores da literatura infanto juvenil

A Secretaria Municipal de Educação de Barra Velha promoveu mais uma edição do Projeto: Barra Velha Porto Literário, que tem por objetivo buscar a valorização dos hábitos culturais locais-globais presentes na literatura infanto juvenil e, com isso, estar fortalecendo a prática da leitura nos espaços escolares e para além deles, momentos esses de contribuição na aprendizagem de crianças, jovens e adultos.

A abertura da 3ª Edição contou com a presença da contadora de história, Kiara Terra, e a participação de alunos; profissionais da educação; e da comunidade, num momento de descontração, encantamento e muitas risadas. Outras apresentações como: poesias, peças teatrais e de alunos e professores das escolas da rede municipal, também, marcaram o evento, que incentivou à leitura desde a mais tenra idade.

Dentro do Ginásio aconteceu a exposição dos trabalhos de alunos e professores dos CEIS e escolas municipais. Aproximadamente 5.000 pessoas, dentre elas, crianças, jovens e a comunidade, passaram pelo evento.

O projeto defende a idéia de que durante toda a Formação Básica, deve-se favorecer a Formação Literária, de modo a garantir o letramento literário iniciado na Educação Infantil. Esse tipo de letramento é entendido como o processo de apropriação da literatura, como linguagem que oferece uma experiência estética, bem como a ampliação gradativa das referências culturais compartilhadas nas comunidades de leitores que se constituem na escola. Pela literatura, constituem-se subjetividades, expressam-se sentimentos, desejos, emoções de um modo particular, com uso diversificado de recursos expressivos e estéticos. *Colaboração: SME de Barra Velha.*



Foto: SME de Barra Velha.

Coluna do Dirigente

As várias facetas do Transporte Escolar

"O gasto com transporte escolar é muito alto"! Essa é a constatação do gestor público e por outro lado, o empresário que faz transporte para o município, queixa-se do baixo valor pago por quilômetro diante do alto custo de combustível, manutenção e outras despesas com veículo...

Faço parte do colegiado dos secretários de educação da região da AMEOSC e, posso afirmar que uma das maiores preocupações dos prefeitos e secretários municipais, quando se referem a custos educacionais, que são altos, é o transporte escolar. Indispensável, não somente necessário, o transporte escolar, é obrigatório e deve ser executado em conjunto com Estado e Município, porém, o Município sempre arca com a maior parte.

É o Município que providencia, cuida, mantém os veículos, paga o salário dos motoristas dos veículos próprios. É o Município que além de providenciar toda a documentação de seus transportes, incluindo seguros, licenças diversas e adequá-los para receber licença dos diversos órgãos fiscalizadores e reguladores, se responsabiliza também, por cobrar dos transportadores terceirizados, todos os documentos e garantir que tudo esteja de acordo para uma execução de transporte escolar de qualidade, legal e com motoristas habilitados e assíduos. É do Município, que os familiares, comunidade e autoridades cobram sempre que qualquer eventualidade ocorrer gerando problemas, dificuldades ou ação irregular referente ao transporte escolar. É do Município a preocupação e empenho em deixar os veículos organizados, prontos e suficientes para o início de cada ano letivo e para garantir que, nos 200 dias de aula, não falte transporte e que no final de cada mês, o transportador possa receber por seu trabalho.

E o Estado? A sua responsabilidade se restringe a apresentar um convênio de repasse de valores ao Município, baseado em números de alunos e quilômetros percorridos e cujos valores sempre ficam aquém do valor real e assim, é sempre necessário argumentos, planilhas, insistência e até resistência, por parte do Município, em assinar o referido convênio para que o Estado apresente uma proposta, bem longe do ideal, mas pelo menos, aceitável.

Acredito que é necessário que o Município diga as autoridades, comunidade escolar e população, de modo geral, que em torno de 5 a 7% de todo sua Receita Corrente Líquida, ou seja, de seu orçamento anual, é gasto com transporte escolar.

É preciso entender que todos os Municípios da região, possuem uma grande extensão a ser percorridas, de 800 a 1.200 quilômetros, e, isto feito de manhã, meio dia e a tardinha, multiplica na mesma proporção esta quilometragem, pois é preciso percorrer todas as comunidades que independente do número de alunos, devem ser considerados e transportados. Acredito que é necessário exigir e, se necessário, criar novas leis sobre transporte escolar onde o Estado, cumpra com seu dever, assumindo com responsabilidade a sua parte no financiamento do transporte escolar.

É preciso que todos saibam o quanto é difícil fazer um transporte de qualidade sem que o mesmo leve embora, grande fatia do orçamento do Município, tão carente de verbas para atender os diversos setores.

Escolhi falar um pouco da complexidade que é o transporte escolar para os Municípios e, chamar a atenção da necessidade de se estabelecer parcerias comprometidas com o deslocamento dos estudantes de forma suficiente, adequada e segura para todos e ao mesmo tempo, dar satisfação à população da aplicação do dinheiro público, e sendo público, de todos.

Leonita de Souza
Secretária de Educação de Anchieta